

Assembleia pauta ratificação de fundação do Sintuperj e ações judiciais



Sindicalizados ratificam em assembleia o Sintuperj como sindicato representativo dos técnico-administrativos

A assembleia geral dos sindicalizados do Sintuperj realizada na quarta-feira (13/08), em processo de votação encaminhado pelo coordenador geral do Sintuperj, Jorge Luís Mattos (Gaúcho), aprovou por unanimidade a ratificação do Sintuperj como sindicato representativo dos técnico-administrativos de Uerj, Uenf, Uezo e Ciecjerj. A decisão se faz importante devido à exigência do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja convocação de assembleia foi publicada em edital no Diário Oficial da União, de acordo com o artigo 1º do Estatuto do Sintuperj, para a devida ratificação.

Ações judiciais

Os sindicalizados debateram ainda duas ações judiciais a serem movidas contra o Estado do Rio de Janeiro. Uma delas diz respeito ao pagamento da cor-

reção da URV (Unidade Real de Valor). Os servidores que compunham o quadro público fluminense entre os anos de 1993 e 1994 devem consultar na Seplag (Secretaria de Planejamento e Gestão) o valor correspondente à reposição da URV. Com os dados em mãos, os filiados ao Sintuperj devem procurar o sindicato que avaliará, com sua assessoria jurídica, o melhor procedimento a ser adotado perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Entenda o caso

O governador do Estado do Rio na ocasião, Leonel Brizola, quando da mudança da moeda nacional existente, do Cruzeiro Real para o Real, não fez as correções dos vencimentos dos servidores públicos estaduais pela URV. Os servidores da Uerj, através de suas associações, reivindicaram a reposição plena

da inflação entre os meses de janeiro e julho de 1994, ao reitor da época, Hélio Cordeiro. Este enviou a solicitação ao governador, que acatou as reivindicações. Apesar de o Estado reconhecer somente agora a correção da URV, os servidores terão que entrar com ação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para que o judiciário obrigue o Governo a pagar o direito já reconhecido.

Perdas inflacionárias

Outra ação a ser movida contra o Estado está relacionada às perdas inflacionárias dos últimos cinco anos. No estado do Rio de Janeiro, apenas o Sindjustiça requisitou judicialmente a recomposição inflacionária ao TJ-RJ. Em 2013, porém, o Sintuperj solicitou ao STF o pedido de "amicus curiae" na ação movida em 1999 pelo Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo – Aprofem – no qual também é reivindicada a reposição das perdas inflacionárias. Ou seja, o Sintuperj pediu para entrar em um processo do qual não é parte por ter interesse na causa. O STF deferiu o pedido. Segundo o coordenador geral do Sintuperj, Antônio Virgínio, a iniciativa tomada pelo sindicato favorece seus filiados no caso de decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor dos companheiros paulistas, caso o sindicato entre com a ação no TJ-RJ. Ele acrescentou que isto representaria um ganho de cerca de 10 anos no andamento do processo. Gaúcho reiterou que o sindicato entrará com ação no TJ para os seus filiados.

O servidor Pedro Pimentel propôs que o sindicato elabore uma cartilha sobre as ações. Em votação, a proposta foi aprovada pela assembleia.

Informes gerais: aposentados e Uenf



O Coordenador Geral do Sintuperj Antônio Virgínio (em primeiro plano) destacou em seus informes a continuidade das lutas da insalubridade e periculosidade

Durante a assembleia dos sindicalizados do Sintuperj, o coordenador geral do sindicato Antônio Virgínio destacou que a entidade segue na luta pela incorporação do adicional de periculosidade e insalubridade na aposentadoria, bem como da correção da base de cálculo do adicional de insalubridade. Atualmente ele é calculado sobre o salário mínimo, quando o correto, segundo a Súmula 228 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a súmula vinculante número 04 do Supremo Tribunal Federal (STF) determinam que o percentual seja calculado sobre o vencimento base. Virgínio acrescentou que se a correção não for feita, o Sintuperj entrará com ação judicial reivindicando o direito estabelecido por ambas as súmulas.

O sindicalista lembrou ainda a necessidade de os servidores aposentados que tiveram a parcela incorporada AC/90 – Lei número 1698/90, no valor de R\$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais), suprimida de seus contracheques solicitar, junto à Superintendência de Recursos Humanos da Uerj (SRH), a

reintegração desta quantia aos seus contracheques, bem como o pagamento do período em que estão sem receber este direito.

Alunos da Uenf lutam por melhorias

O coordenador geral do Sintuperj Paulo César Fernandes fez um balanço dos três meses de greve dos servidores técnico-administrativos da Uenf que resultaram no reajuste salarial de 19% para a categoria. No entanto, lamentou que o reajuste das bolsas estudantis e a inauguração do bandeirão em setembro, não sejam concretizados. Segundo ele, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado (Seplag) alegou que não há verbas para honrar os compromissos assumidos pelo governador Luiz Fernando Pezão na visita feita à Uenf no dia 06 de junho. Em defesa das demandas, os estudantes realizaram paralisação no dia 07 de agosto e promoveram um protesto no dia 11 de agosto, onde lacraram a entrada da universidade.

Paulo também informou que a instituição está enfrentando dificuldades fi-

nanceiras que já resultam em cinco meses de contas atrasadas, como água, luz e telefone. O coordenador foi informado que a reitoria da Uenf convocou para o dia 14 de agosto uma sessão extraordinária de seu Conselho Universitário para discutir estas questões, e destacou ainda a necessidade de união entre os servidores públicos como única forma de impedir o descaso do Governo.

Prova de vida digital

Virgínio também informou aos servidores aposentados que a partir de 2015 o Rioprevidência realizará uma operação na qual inativos e pensionistas terão de comprovar biometricamente que estão vivos. A notícia foi publicada na coluna do “Servidor” do jornal O Dia, no dia 1º de agosto.

No encerramento da assembleia, Virgínio, mesmo não havendo a necessidade de deliberação para esses assuntos, propôs que a assembleia aprovasse os encaminhamentos das ações jurídicas propostas, no que foi atendido plenamente.